



## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Convênio: Ministério da Educação/ Universidade Aberta do Brasil Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Superintendência de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado Do Paraná.

#### 1.1 Atos Legais

A UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

#### 1.2 Endereço

- Página: <http://uepg.br>
- Fone: (42) 3220-3000
- Campus Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900 - Ponta Grossa – Paraná.
- Campus Central - Praça Santos Andrade, 1 – CEP 84010-790 - Ponta Grossa – Paraná.
- Sede Administrativa do Nutead/UEPG - R. Dr. Antônio Russo, 28 - Oficinas, Ponta Grossa - PR, 84045-020 (anexo do Cine Teatro Pax).

#### 1.3 Perfil e Missão da IES

A missão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), enquanto Instituição de Ensino Superior vinculada ao sistema educacional do Estado do Paraná e autarquia de direito público, é justificar sua existência com base em seu papel essencial na sociedade. Seu propósito central é proporcionar aos cidadãos os recursos necessários para dominar, expandir, cultivar, aplicar e disseminar o conhecimento humano universal. Assim, a UEPG visa capacitar seus membros a atuarem como agentes de transformação social.

Essa missão se concretiza na integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, refletindo o compromisso da Universidade com a formação integral dos estudantes. A UEPG se dedica a preparar seus alunos para:

- Exercer profissões de nível superior;
- Praticar e desenvolver ciência;
- Valorizar as múltiplas formas de conhecimento e expressão, técnicas e científicas, artísticas e culturais;
- Exercer a cidadania;
- Refletir criticamente sobre a sociedade em que vive;
- Participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais;
- Assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade;
- Lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia;
- Contribuir para a solidariedade nacional e internacional.

Assim, a UEPG dedica-se a produzir, disseminar e socializar o saber em suas diversas formas — filosófico, científico, artístico e tecnológico —, com o objetivo de aprofundar e enriquecer a formação humana, preparando seus alunos para o exercício profissional, o desenvolvimento do conhecimento e a reflexão crítica sobre a cultura e a sociedade.



## 1.4 Dados Socioeconômicos da Região

A cidade de Ponta Grossa, localizada no estado do Paraná, destaque tanto em termos populacionais quanto econômicos. De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente de Ponta Grossa em 2022 foi estimada em 358.371 pessoas, o que a torna a quarta cidade mais populosa do estado. A área territorial do município é de 2.054,732 km<sup>2</sup>, resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 174,41 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE Cidades, 2022).

No aspecto econômico, Ponta Grossa é uma cidade com uma significativa participação no PIB estadual. O PIB per capita em 2021 foi de R\$ 54.316,58, demonstrando a relevância econômica da cidade, que abriga um dos maiores parques industriais do interior do Paraná. As principais atividades econômicas incluem a agroindústria, a indústria madeireira e metalúrgica. Além disso, o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,763, categorizando-o como de alto desenvolvimento humano, segundo os dados do Censo de 2010. Outro dado relevante é a taxa de mortalidade infantil, que em 2022 foi de 12,44 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE Cidades, 2022).

Esses dados evidenciam a importância da cidade no contexto estadual, tanto pela sua população expressiva quanto pela sua robusta base econômica e o desenvolvimento humano observado na região.

## 1.5 Breve Histórico da IES

A Universidade Estadual de Ponta Grossa tem desempenhado um papel crucial como centro de difusão de conhecimento e cultura na região centro-sul do Paraná desde a década de 1960. Reconhecida por sua excelência em ensino, pesquisa e extensão, a UEPG oferece uma ampla gama de cursos de graduação e pós-graduação que têm impacto significativo não apenas no estado do Paraná, mas em diversas regiões do Brasil.

Fundada pelo Governo do Estado do Paraná através da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969, e oficializada pelo Decreto n.º 18.111, de 28 de janeiro de 1970, a UEPG está estrategicamente localizada na região centro-sul do estado, reforçando sua importância no cenário educacional brasileiro.

Sob a gestão atual (2022-2026), a Reitoria é liderada pelo Professor Dr. Miguel Sanches Neto, com o Professor Dr. Ivo Mottin Demiate como Vice-Reitor. Essa administração tem se dedicado a fortalecer ainda mais a qualidade do ensino e a expansão da pesquisa científica na instituição.

Atualmente, segundo dados da PROPLAN (2023)<sup>1</sup>, no ano de 2023, foram ofertadas 2.000 vagas no vestibular e no Processo Seletivo Seriado (PSS), para 37 cursos de graduação presencial. Ao todo, foram matriculados, em todas as séries, 6.885 alunos. Na Educação a Distância (EaD) tem-se, em andamento, 12 cursos de graduação, totalizando 1.638 alunos, distribuídos em 63 polos de apoio presencial, sendo 58 no estado do Paraná, um em Santa Catarina e quatro em São Paulo. Com uma política voltada à qualificação docente e ao incentivo à pesquisa científica, a presença da UEPG no cenário do ensino superior brasileiro se traduz na participação dos cursos de graduação da instituição no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e no ranking da produção científica brasileira, formulado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

O quadro docente da UEPG apresentou 936 integrantes, sendo 648 efetivos e 288 temporários. Desse total, 723 (77,24%) com título de doutor, 189 (20,19%) com título de mestre, 16 (1,70%) especialistas e oito (0,85%) graduados. Atualmente, a UEPG tem 38 docentes afastados concluindo, no país e/ou no exterior, cursos de doutorado e pós-doutorado (PROPLAN, 2023).

Um outro aspecto da inserção da UEPG no contexto regional remete à escala estadual, através do sistema de educação a distância, com técnicas de mídia interativa. A partir de um estúdio situado R. Dr. Antônio Russo, 28 - Oficinas, Ponta Grossa - PR a UEPG dialoga com diversos municípios do Estado do Paraná. O aparato tecnológico existente na



UEPG tem sido utilizado com sucesso na realização de cursos de diversos níveis liderados por nossa instituição ou por outras universidades conveniadas.

Esse panorama reforça a importância da UEPG como uma instituição comprometida com a formação de qualidade e a disseminação do conhecimento, contribuindo significativamente para o desenvolvimento educacional e social da região e do país.

## 2 DADOS SOBRE O CURSO

### 2.1 Nome do Curso:

Bacharelado em Administração Pública

### 2.2 Habilitação/Grau:

Bacharelado     Licenciatura     Tecnólogo

### 2.3 Modalidade de Ensino:

Presencial                       Educação a Distância

### 2.4 Local de funcionamento do Curso:

Campus Central e Polos de Educação à Distância da UEPG

### 2.5 Turno de Funcionamento:

Matutino     Vespertino  
 Integral     Noturno

### 2.6 Carga Horária do Curso:

	Carga Horária
Formação Básica Geral	840
Formação Específica Profissional	1654
Diversificação ou Aprofundamento	111
Extensão como componente curricular	345
Estágio Supervisionado	180
Atividades Complementares	200
<b>Carga Horária Total do Curso</b>	<b>3330</b>

### 2.7 Tempo de duração do Curso

Mínimo: 4 anos                      Máximo: 5 anos

### 2.8 Ano da Primeira Oferta:

Turma 1 – 2010

### 2.9 Atos Legais:

- Criação: Autorizado pela Res. CEPE n.º 017, de 09/05/2013. Reconhecimento em trâmite pelo processo E-MEC n.º 2012.05770, de acordo com o Cap. VI, Seção V da Port. Normativa n.º 40 de 12/12/07 Reconhecimento:
- Reconhecido pela Portaria do Ministério da Educação n.º 420, de 24/07/2014, publicado no Diário Oficial da União n.º 141, de 25/07/2014
- Renovação de reconhecimento: Reconhecimento renovado pela Portaria N.º 85/2022 - SETI, de 13 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União n.º 11217, de 14/07/2022.

#### 2.9.1 Local de Funcionamento e vínculo administrativo do Curso

- Campus universitário: Central
- Setor: Ciências Sociais Aplicadas



- Departamento: Administração
- Contato: (42) 3220-3399 / deadm@uepg.br

## 2.10 Número de Vagas Ofertadas:

Campo Largo	20
Guarapuava	20
Paranaguá	20
Reserva	20
São Joao do Triunfo	20
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

## 2.11 Conceitos do Curso:

Conceito Preliminar de Curso (CPC)	ano	conceito
Conceito ENADE	2018	3

## 2.12 Percentual candidato/vaga Vestibular e Processo Seletivo Seriado (PSS)

Para os cursos na modalidade EAD as ofertas de vestibular são de forma diferenciada.

## 2.13 Dados sobre o Coordenador do Curso

Nome do coordenador do curso: A definir por edital nutead/capes	
Titulação:	
Portaria de designação:	
Formação Acadêmica:	
Graduação	
Pós-Graduação	
Carga Horária semanal dedicada à coordenação do curso	
Regime de trabalho do coordenador do curso	
Tempo de exercício na IES	
Tempo na função de coordenador do curso	

## 2.14 Dados sobre o Colegiado de Curso

Membros componentes do Colegiado	Titulação	Regime de trabalho	Ato oficial de nomeação
A definir			



## 2.15 Dados sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE

Docentes componentes do NDE	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de exercício no NDE
A definir			

## 2.16 Dados sobre Discentes Ingressantes e Formados

Ingresso (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)		Formação (Quantitativo de alunos efetivamente formados)					Relação formados/ingressantes (porcentagem nos últimos 5 anos)
Data de Ingresso	Nº de alunos	2013	2016	2017	2020	2024	
2010	498	220					44,18%
2013	194		55				28,35%
2014	137			53			38,69%
2017	425				187		44%
2021	150					Em curso	

## 3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

### 3.1 Apresentação do Curso

Este curso de Administração Pública é destinado a pessoas com ensino médio completo e que trabalham ou que desejam trabalhar em atividades relacionadas à Gestão Pública.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado do Paraná incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade Estadual de Ponta Grossa oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O curso de Administração da UEPG está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e



cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para proatividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

### 3.2 Justificativa

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, o curso oferece três Linhas de Formação Específica (LFE), ampliando competências e agregando ao egresso habilidades para o exercício da gestão pública na área por ele escolhida.

Acenando para a educação continuada, por meio de um elo entre graduação e pós-graduação, serão ofertadas a critério de cada (IPES) três LFEs, sendo indicadas inicialmente as seguintes linhas:

- Linha de formação em Gestão em Saúde;
- Linha de formação em Gestão Municipal;
- Linha de formação em Gestão Pública.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

### 3.3 Objetivos

O Curso Bacharelado em Administração Pública tem como objetivo formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não-governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

Os objetivos específicos do curso são:

I. Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.

II. Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.



III. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.

IV. Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.

V. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.

VI. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.

VII. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

### 3.4 Perfil Profissional do Egresso

O egresso do curso de Administração Pública deve ser capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar os processos específicos à Gestão Pública. Dessa forma estará preparado para:

I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;

II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;

III. empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;

IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;

VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;

VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;

VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais;

XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

XII. Formular e implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento socioeconômico sustentável;



XIII. Tomar decisões estratégicas baseadas em dados e evidências, alinhadas aos princípios éticos e legais;

XIV. Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a excelência na prestação de serviços à população.

### 3.5 Campos de Atuação

O bacharel em Administração Pública desempenha um papel fundamental na gestão eficiente e ética das instituições públicas. Sua atuação é voltada para a promoção do bem-estar social, a eficiência dos serviços públicos e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade.

Esse profissional pode atuar em organizações públicas nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), contribuindo diretamente para o desenvolvimento de uma administração pública mais transparente, eficaz e comprometida com os princípios democráticos.

### 3.6 Integração Graduação e Pós-Graduação

O Departamento de Administração no ano de 2024 promoveu a 2ª edição do programa de Pós graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica que trabalha 4 diferentes propostas: Gestão Estratégica de Pessoas e Inovação, Gestão Estratégica de Finanças, Gestão Estratégica de Negócios Internacionais, e Gestão Estratégica de Logística.

### 3.7 Mobilidade acadêmica e internacionalização

A mobilidade acadêmica oferece aos estudantes de graduação a oportunidade de cursar disciplinas em outras Instituições de Ensino Superior (IES), tanto no Brasil quanto no exterior. Os alunos podem aproveitar essa experiência por meio de convênios estabelecidos com universidades estrangeiras, além de programas de bolsas de estudo promovidos e divulgados pelo Escritório de Relações Internacionais (ERI). O ERI, criado pela Resolução Universitária nº 028 de 27 de novembro de 1995, é regido pelo Regulamento aprovado pela Resolução UNIV. 022 de 10 de agosto de 2015, conforme informações disponíveis em sua página oficial.

Essa experiência enriquece a formação acadêmica e pessoal dos estudantes, permitindo-lhes acesso a novas culturas, métodos de ensino e redes de contatos globais, fortalecendo, assim, a internacionalização da educação superior

### 3.8 Extensão como Componente Curricular

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, define diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira ao longo de uma década. O PNE abrange todos os níveis e modalidades de ensino, desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação. Além disso, estabelece orientações para a valorização da carreira docente, a implementação da gestão democrática nas instituições de ensino e o financiamento adequado da educação, visando à melhoria da qualidade e à equidade no acesso à educação em todo o país.

Na Estratégia 7 da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece-se que os currículos dos cursos de graduação devem incluir créditos curriculares para a extensão universitária, assegurando que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação seja dedicado a programas e projetos de extensão, com ênfase em áreas de grande relevância social.

Após a implementação dessa diretriz pelo PNE, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, foi aprovada para estabelecer as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Essa resolução define os princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser seguidos no planejamento, na formulação de políticas, na gestão e na avaliação das atividades de extensão nas instituições de ensino superior de todo o país. Com a aprovação dessa regulamentação, torna-se imperativa a adaptação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores (PPCs), de modo a respeitar as características



locais e regionais, as diretrizes curriculares específicas de cada curso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, além de integrar a matriz curricular à extensão curricularizada.

O curso de Bacharelado em Administração Pública incentiva e colabora na implantação, desenvolvimento, coordenação e aprimoramento de atividades de extensão compatíveis com o perfil do egresso previsto para o curso. Pois valoriza e entende que a extensão universitária é um dos pilares fundamentais do ensino superior, integrando o conhecimento acadêmico com as demandas sociais, culturais e econômicas da comunidade. Ela promove a interação entre a universidade e a sociedade, permitindo que o saber produzido na academia seja aplicado em práticas que beneficiem a população.

A curricularização da extensão, que consiste na incorporação dessas atividades ao currículo dos cursos de graduação, é de grande importância, pois garante que os estudantes participem ativamente de projetos que envolvam a comunidade, desenvolvendo competências técnicas, sociais e cidadãs. Isso não apenas enriquece a formação dos alunos, mas também fortalece o compromisso das instituições de ensino superior com o desenvolvimento social e a transformação das realidades locais.

Assim, desde o seu ingresso no curso, o aluno conta com disciplinas nas quais será matriculado, iniciando assim as ações extensionistas sob a supervisão de um professor. A carga horária total das disciplinas é de 345 horas e estão distribuídas no segundo e terceiro ano.

Desta forma, dentro da grade curricular do curso, as disciplinas estão distribuídas da seguinte forma:

- Extensão Universitária I aplicada às Instituições Públicas – 1º semestre do 2º ano – 75 horas;
- Extensão Universitária II aplicada às Instituições Públicas – 2º semestre do 2º ano – 90 horas;
- Extensão Universitária III aplicada às Instituições Públicas – 1º semestre do 3º ano – 90 horas;
- Extensão Universitária IV aplicada às Instituições Públicas – 2º semestre do 3º ano – 90 horas.

As ementas das disciplinas são flexíveis, permitindo que, a cada período, sejam avaliadas e aperfeiçoadas. Essa flexibilidade possibilita a adaptação das ementas às novas tendências da Administração, inovações e outros desenvolvimentos relevantes, garantindo que o conteúdo esteja sempre atualizado e alinhado com as exigências do mercado e as necessidades acadêmicas. São disciplinas que além do professor orientador, têm carga horária a ser cumprida e sujeita-se às mesmas normativas das demais disciplinas da grade. Desta forma, o curso prevê para o acadêmico a exigência do cumprimento de 345 horas de extensão, conforme previstos na normatização (mínimo de 10% do total de créditos exigidos para a graduação).

### 3.9 Flexibilização Curricular

O acadêmico deverá perfazer um total mínimo de 111 horas aula em disciplina de Diversificação ou Aprofundamento. Estas disciplinas deverão ser cursadas no 1º e/ou 2º semestres da 2º e/ou 3º ano do curso.

### 3.10 Atendimento aos Temas Transversais

Em atendimento a Deliberação nº 02/2015, do Conselho Estadual de Educação do estado do Paraná, que dispõe sobre as normas estaduais para a educação em direitos humanos no sistema estadual de ensino do Paraná, e a Resolução CEPE nº 15, de 15 de Abril de 2014, que inclui a disciplina de Libras e estabelece a obrigatoriedade de conteúdos sobre Educação Ambiental nos cursos de Graduação da UEPG, serão ofertadas as seguintes disciplinas: Filosofia e ética; Políticas Públicas e sociedade; Gestão ambiental e sustentabilidade.



## 4 AVALIAÇÃO

### 4.1 Avaliação do Curso

Realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

### 4.2 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar aprovado pela Instituição

Res. UNIV nº 12 de 22/06/2017:

Art. 63-A. A avaliação do rendimento escolar do acadêmico dos cursos de educação a distância compreende:

- a) a apuração da frequência às atividades presenciais;
- b) a verificação da aprendizagem, que ocorrerá através de avaliação processual e de prova presencial.

§ 1º A aprovação em qualquer disciplina somente será concedida ao acadêmico que, cumpridas as demais exigências, apresentar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades presenciais, excetuando-se a prova presencial, na qual a frequência é obrigatória.

§ 2º Para fins de verificação da aprendizagem, as notas obtidas pelo acadêmico serão representadas numericamente, com valores que variam de zero (0,0) a dez (10,0).

§ 3º O processo avaliativo dos cursos na modalidade a distância compreende a avaliação processual e a prova presencial, que se realizarão na seguinte forma: a) a avaliação processual de cada disciplina, cujo valor total é dez (10,0), numa escala de zero (0,0) a dez (10,0), será realizada por meio de seminário presencial, com valor total dois (2,0), e de atividades realizadas no ambiente virtual de aprendizagem, com valor total oito (8,0), por meio de instrumentos variados. Essa sistemática de avaliação deve estar prevista no sistema de avaliação da disciplina, proposto pelo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso;

b) ao final de cada disciplina será realizada uma prova presencial, de caráter obrigatório, cujo valor total é dez (10,0).

§ 4º O resultado do rendimento escolar da disciplina será obtido mediante a aplicação da média aritmética (MA), calculada a partir das notas obtidas na avaliação processual e na prova presencial. Ficará dispensado do exame final da disciplina o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0), que será considerada a nota final de aprovação na disciplina.

§ 5º Deverá prestar exame final na disciplina, o acadêmico que obtiver nota entre dois e meio (2,5) e seis e nove (6,9), obtida pela média aritmética simples das duas verificações.

§ 6º Em caso de rendimento escolar insatisfatório o acadêmico estará sujeito à reprovação.

Art. 63-B. O rendimento escolar do aluno será expresso numa escala de notas de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal, sendo que seu registro será feito ao final de cada semestre.

§ 1º O resultado final do processo de verificação da aprendizagem, será obtido na forma seguinte:

I - Média aritmética simples da avaliação processual e prova presencial:

$$NF = \frac{AP + PP}{2}$$

- a) Nota final igual ou superior a sete (7,0) = APROVAÇÃO DIRETA;
- b) Nota final inferior a dois e meio (2,5) = REPROVAÇÃO DIRETA;
- c) Nota final de dois e meio (2,5) a seis e nove (6,9) = submissão a EXAME FINAL;

II - Média aritmética simples da avaliação processual, da prova presencial e da nota de exame final:

$$NF = \frac{AP + PP + NEF}{3}$$

- a) Nota final de cinco (5,0) a sete e nove (7,9) = APROVADO;
- b) Nota final de um e seis (1,6) a quatro e nove (4,9) = REPROVADO.

onde:



NF = nota final AP = avaliação processual PP = prova presencial NEF = nota do exame final.  
Art. 63-C. O sistema de avaliação do rendimento escolar compreende a promoção por semestre e a aprovação por disciplina.

§ 1º Será promovido ao semestre seguinte o acadêmico que lograr aprovação em todas as disciplinas do semestre em que se encontra matriculado, admitindo-se ainda, a promoção com dependência em até duas disciplinas.

§2º Será aprovado na disciplina o acadêmico que obtiver média igual ou superior a sete ou nota igual ou superior a cinco (5,0), após a realização do exame final.

Art. 63-D. Em caso de rendimento escolar insatisfatório o acadêmico estará sujeito a reprovação.

§ 1º Será considerado reprovado e impedido de promoção ao semestre seguinte o acadêmico que reprovar em mais de duas disciplinas do semestre em que se encontra matriculado.

§ 2º Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que se enquadrar em uma das seguintes condições:

- a) obtiver média inferior a dois e meio (2,5);
- b) obtiver nota final inferior a cinco (5,0) após a realização do Exame final;
- c) não obtiver o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades presenciais;
- d) não comparecer à prova presencial.

RESOLUÇÃO UNIV Nº 47 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Altera o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em seus arts. 63-A, 63-D e 63-E, referentes aos Cursos de Graduação na Modalidade à Distância.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 18 de dezembro de 2012, considerando o art. 13, VI, do Estatuto da UEPG; e, considerando mais, os termos do expediente autuado no Protocolo Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 22.405/2012, aprovou e eu, Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa em seus arts. 63-A, 63-D e 63-E, referentes aos Cursos de Graduação na Modalidade à Distância, conforme segue:

I – no art. 63-A:

a) a alínea b passa a ter a seguinte redação:

“b) a verificação da aprendizagem, que ocorrerá através de avaliação processual no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e de seminário e prova presencial.”

b) o § 1º fica com a seguinte redação:

“§ 1º A aprovação em qualquer disciplina somente será concedida ao acadêmico que, cumpridas as demais exigências:

I - apresentar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades presenciais, excetuando-se o seminário e a prova presencial, nos quais a frequência é obrigatória;

II - realizar as atividades constantes do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), obtendo no mínimo nota 20,0 numa escala de 0 a 80, (correspondente a 2,0 numa escala de 0 a 8).”

b) intercalar como § 2º o seguinte texto:

“§ 2º Só poderá participar do seminário e da prova presencial o acadêmico que obtiver nota mínima conforme estabelecido no inciso II do § 1º, deste artigo.”

d) em decorrência do disposto na alínea c do inciso I deste artigo, os parágrafos subsequentes serão renumerados para § 3º, § 4º, § 5º, § 6º e § 7º;

e) o § 3º e o § 4º passam para as redações seguintes:

“§ 3º Para fins de verificação da aprendizagem, as notas obtidas pelo acadêmico serão representadas numericamente, com valores que variam de zero (0,0) a dez (10,0).

§ 4º O processo avaliativo dos cursos na modalidade a distância compreende a avaliação processual, seminário e prova presencial, que se realizarão na seguinte forma:”



... II – no art. 63-D:

a) intercalar no § 2º a alínea d com a seguinte redação:

“d) não obtiver nota igual ou superior a 20,0 (correspondente a 2,0 numa escala de 0 a 8) no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);”

b) em decorrência do disposto na alínea a, do inciso II, deste artigo a alínea subsequente passará para alínea e, com a redação seguinte:

“e) não comparecer ao seminário e à prova presencial.”

III – no art. 63-E:

a) o caput do art. 63-E passa à redação seguinte: “Art. 63-E. Entende-se por regime de dependência a possibilidade do aluno frequentar as disciplinas em que ficou reprovado, simultaneamente com os semestres seguintes, conforme plano de matrícula aprovado pelo Coordenador do Curso.”

b) intercalar § 1º e § 2º com as seguintes redações:

“§ 1º As disciplinas em regime de dependência poderão ser ofertadas a critério da coordenação do curso, que deverá apresentar à PROGRAD, em data previamente estabelecida no calendário Universitário, o plano de oferta dessas disciplinas.

§ 2º Após a matrícula em 2 (duas) reofertas, não logrando êxito na aprovação, o acadêmico terá sua matrícula cancelada.”

c) em decorrência do disposto na alínea b, do inciso III, deste artigo o parágrafo único passará a vigor como § 3º.

## 5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 5.1 Disciplinas Integrantes do Currículo Pleno

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) Resolução no 1, de 13 de janeiro de 2014, para os Cursos de Administração Pública:

**Conteúdos de Formação Básica** – relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.

**Conteúdos de Formação Profissional** – relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços. Os Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias abrangem a pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas. Os conteúdos de Formação Complementar, estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos, atividades complementares e nas disciplinas; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III; Seminário Temático I, II, III e IV das Linhas de Formação I, II e III e Estágio Supervisionado I e II.



## 5.2 Disciplinas de Formação Básica Geral

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
ADMINISTRAÇÃO	403	Filosofia e Ética	1	1		60
ECONOMIA	404	Introdução à Economia	1	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Psicologia Organizacional	1	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Ciência Política	1	2		60
ECONOMIA	404	Macroeconomia	1	2		60
CONTABILIDADE	406	Contabilidade Geral	1	2		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Sociologia Organizacional	2	1		60
ECONOMIA	404	Economia Brasileira	2	1		60
CONTABILIDADE	406	Contabilidade Pública	2	1		60
DIREITO	601	Instituições de Direito Público e Privado	2	2		60
DIREITO	601	Direito Empresarial	2	2		30
DIREITO	601	Direito e Legislação Tributária	3	2		30
DIREITO	601	Direito Administrativo	3	2		60
CONTABILIDADE	406	Auditoria e Controladoria	4	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Políticas Públicas e Sociedade	4	2		60
<b>Total de Carga Horária</b>						<b>840</b>

## 5.3 Disciplinas de Formação Específica Profissional

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
ADMINISTRAÇÃO	403	Teorias da Administração I	1	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	1	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Seminário Integrador	1	1		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Teorias da Administração II	1	2		60
MATEMÁTICA	101	Matemática para Administradores	1	2		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Teorias da Administração Pública	1	2		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Seminário Temático I	1	2		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Organização, Processos e Tomada de Decisão	2	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Orçamento Público	2	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Seminário Temático II	2	1		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Teoria das Finanças Públicas	2	2		60
MATEMÁTICA	101	Estatística Aplicada à Administração	2	2		60



# Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2025.10

FL 14 DE 43

ADMINISTRAÇÃO	403	Seminário Temático III	2	2		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Planejamento e Programação na Adm. Pública	3	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Gestão de Pessoas no Setor Público	3	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Gestão de Operações e Logística I	3	1		60
MATEMÁTICA	101	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	3	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Administração Estratégica	3	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Seminário Temático I na LFE I / LFE II/ LFE III	3	1		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Gestão de Operações e Logística II	3	2		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Elaboração e Gestão de Projetos	3	2		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Gestão da Qualidade no Setor Público	3	2		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Seminário Temático II na LFE I / LFE II/ LFE III	3	2		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Negociação e Arbitragem	4	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Tecnologia e Inovação	4	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Empreendedorismo Governamental	4	1		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Seminário Temático III na LFE I / LFE II/ LFE III	4	1		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	4	2		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	2		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Licitações, contratos e Convênios	4	2		60
ADMINISTRAÇÃO	403	Relações Internacionais	4	2		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Seminário Temático IV na LFE I / LFE II/ LFE III	4	2		30
ADMINISTRAÇÃO	403	Organização do Trabalho de Conclusão de Curso	4	2		34
<b>Total de Carga Horária</b>						<b>1654</b>

## 5.4 Disciplinas de Diversificação e Aprofundamento

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Estudo da Linguagem	510	Libras	2ª	2º		51
Administração	403	Inteligência artificial aplicada a administração pública	2º	2º		60
Administração	403	Redação Oficial	3º	2º		60
Administração	403	Tópicos Avançados na Administração Pública	3º	2º		60
Matemática	101	Matemática Básica	1º	1		60



<b>Total de Carga Horária</b>	<b>111</b>
-------------------------------	------------

\*será ofertada 2 disciplinas de diversificação e aprofundamento

## 5.5 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado Obrigatório é componente curricular essencial do Curso de Bacharelado em Administração Pública, proporcionando ao discente a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação. Compreendido como espaço formativo para o desenvolvimento de competências profissionais, sociais e éticas, o estágio está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES nº 266/2010) e o Regulamento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A carga horária total do estágio supervisionado é de 180 horas, distribuída em dois componentes curriculares obrigatórios:

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH
Administração	403	Estágio Supervisionado I	4ª	1º	90
Administração	403	Estágio Supervisionado II	4ª	2º	90
<b>Total de Carga Horária</b>					<b>180</b>

Essa estrutura visa garantir a consolidação da aprendizagem teórico-prática nos dois últimos semestres da graduação, quando o estudante já dispõe de base conceitual e técnica para atuar criticamente no campo da gestão pública.

O estágio supervisionado poderá ser realizado em órgãos da administração pública direta ou indireta (nas esferas federal, estadual ou municipal), em organizações da sociedade civil e demais instituições que mantenham relação com a gestão pública. O vínculo com o local de estágio deverá ser formalizado mediante Termo de Compromisso e Plano de Atividades, respeitando a legislação vigente. As atividades do estágio poderão ser adaptadas às condições locais e institucionais, desde que respeitados os princípios formativos e legais do curso.

## 5.6 Disciplinas com Aulas Práticas, Experimentais e/ou Laboratoriais NÃO SE APLICA

## 5.7 Extensão como Componente Curricular

### 5.7.1 Disciplinas:

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	% Ext	CH
Administração	403	Extensão Universitária I aplicada às Instituições Públicas	2ª	1º	100	75
Administração	403	Extensão Universitária II aplicada às Instituições Públicas	2ª	2º	100	90
Administração	403	Extensão Universitária III aplicada às Instituições Públicas	3ª	1º	100	90



Administração	403	Extensão Universitária IV aplicada às Instituições Públicas	3ª	2º	100	90
<b>Total de Carga Horária</b>						<b>345</b>

## 5.7.2 Outras atividades curriculares de Extensão

<b>CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DIVERSAS (NÃO CODIFICADAS NO CURSO)</b>	-
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DA EXTENSÃO</b>	345
<b>PORCENTAGEM DE CH DE EXTENSÃO EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO</b>	10%

## 5.8 Atividades Complementares ou Acadêmico Científico-Culturais

A carga horária *das atividades complementares*, conforme RESOLUÇÃO UNIV Nº 011, DE 22 DE JUNHO DE 2017: § 2º O acadêmico deverá perfazer **um mínimo de 200 (duzentas) horas** em atividades complementares ou acadêmico-científico-culturais.

## 5.9 Organização do Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente essencial no curso de Administração Pública, sendo fundamentado nos conceitos, metodologias, técnicas e práticas discutidas ao longo do curso. Consiste na elaboração de uma monografia desenvolvida pelo acadêmico ao longo dos Seminários Temáticos, distribuídos nos semestres V, VI, VII e VIII, e na disciplina de Orientação de Conclusão de curso no segundo semestre do 4º ano de curso. Com foco nos conteúdos de gestão pública estudados e aplicados à Linha de Formação Específica escolhida pelo estudante.

No TCC, espera-se que o aluno demonstre um domínio profundo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos de pesquisa e das normas técnicas exigidas para a elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados serão incorporados ao acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa e contribuindo para o desenvolvimento do pensamento administrativo dos futuros acadêmicos. A defesa do TCC ocorrerá de forma contínua a cada semestre, integrando as atividades dos Seminários Temáticos durante os encontros presenciais, permitindo que outros estudantes do curso acompanhem e aprendam com as pesquisas desenvolvidas, ampliando sua visão holística sobre as organizações.

As novas diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Administração Pública, apresentadas na Resolução n.1 de 13 de janeiro de 2014, introduzem uma metodologia inovadora para potencializar o aprendizado dos alunos. No Art. 8º da referida Resolução, que trata da avaliação das atividades, está previsto que o processo avaliativo pode incluir diversas formas, como monografias, artigos científicos, resenhas críticas, planos de negócios, exercícios ou provas dissertativas, seminários e trabalhos orais, relatórios, projetos e atividades práticas, entre outros. Essas formas de avaliação devem evidenciar o aprendizado e promover a produção autoral dos estudantes, tanto individualmente quanto em equipe.

Espera-se que o egresso do curso de Administração Pública da UEPG seja um profissional capacitado para atuar com excelência na gestão pública. Um aspecto crucial para alcançar esse objetivo é a avaliação contínua do processo de ensino-aprendizagem, garantindo que os métodos educacionais empregados estejam alinhados com as necessidades e desafios contemporâneos da administração pública.



## 5.9.1 Carga Horária Supervisão do TCC:

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
2028*	120h	34h

\* Ano de previsão para o TCC.

## 5.10 Seminários Temáticos

Para contribuir também com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso os Seminários Temáticos. Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de administração.

Em cada semestre do curso está prevista a realização de um Seminário Temático. O estudante realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da Administração Pública. Os resultados desse estudo serão apresentados durante os encontros presenciais.

No Semestre 1, o Seminário Temático possui uma característica específica de promover a inserção e a integração do estudante como o curso na modalidade a distância, sendo nominado como Seminário Integrador.

A partir do segundo Semestre os Seminários Temáticos possibilitam a aplicação dos conteúdos estudados, oportunizando vivências na administração das organizações públicas e revelando caráter sistêmico do comportamento organizacional. Os Seminários Temáticos dos Semestres V, VI, VII e VIII constituem as Linhas de Formação Específica I, II e III, das quais uma deverá ser escolhida pelo estudante para complementar sua formação.

Nos Semestres II, III e IV o estudante realizará pesquisa e um diagnóstico sobre o campo da LFE I (Seminário Temático I), da LFE II (Seminário Temático II) e da LFE III (Seminário Temático III), o que possibilitará a compreensão macro da Linha de Formação a ser escolhida. No Semestre V, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE, um projeto de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários. Nos Seminários Temáticos seguintes o estudante desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de TCC.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

## 5.11 Atividades de Nivelamento

Para contribuir também com reforço de conteúdos básicos para os estudos quantitativos, será ofertado ao estudante a disciplina Matemática Básica, como conteúdo de nivelamento, que não integra a matriz curricular, contudo reforça os estudos realizados no 2º grau.

## 6 ATENDIMENTO A LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

- RESOLUÇÃO CEPE No 005, DE 19 DE MARÇO DE 2013 – Aprova regulamento de cursos de graduação, Modalidade Educação a Distância, da UEPG.
- Resolução MEC CNE/CES nº 07 de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
- RESOLUÇÃO UNIV Nº 011, DE 22 DE JUNHO DE 2017. Aprova Normas Gerais para Elaboração e Análise de Propostas de Novos Currículos e/ou Adequação Curricular dos Cursos Superiores de Graduação Presenciais e a Distância, da UEPG.
- RESOLUÇÃO UNIV Nº 012, DE 22 DE JUNHO DE 2017. Altera o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no que se refere à Operacionalização da



Avaliação do Rendimento Escolar.

- RESOLUÇÃO CEPE Nº 006, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Aprova Regulamento da Curricularização da Extensão Universitária na UEPG.
- DELIBERAÇÃO CEE/PR Nº 02/15, De 13 DE ABRIL DE 2015. Dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
- DELIBERAÇÃO Nº 04/13, aprovada em 12 de novembro de 2013, Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal Nº 9.795/1999, Lei Estadual Nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP Nº 02/2012.
- Resolução CEPE nº 104 de 02 de junho de 2009 que aprova o Regulamento de Disciplinas de Diversificação e Aprofundamento dos Cursos de Graduação Presenciais da UEPG, e as referentes ao Estágio e ao TCC.
- Resolução CEPE 27/2017 aprovada a adequação curricular na oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, para os Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.
- Parecer CNE/CES nº 266/2010, aprovado em 10 de dezembro de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública.
- Parecer CNE/CP nº 7/2013, aprovado em 1º de outubro de 2013 - Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado.
- Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.

## 7 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

As ementas referentes aos Semestres da estrutura curricular apresentada constituem-se de:

### SEMESTRE 1

#### **FILOSOFIA E ÉTICA – 60 horas**

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política.

#### **Referências Básicas**

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

#### **Referências Complementares**

APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Vozes, 1994. HADOT, Pierre. O que é filosofia antiga? São Paulo: Loyola, 1999.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. PLATÃO. A República. São Paulo: Martin Claret, 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.

#### **INTRODUÇÃO À ECONOMIA – 60 horas**

Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e



estrutura de balanço de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

## Referências Básicas

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia (Para Cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Tradução de Helga Hoffmam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Manual de introdução à economia. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.

## Referências Complementares

GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2007.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2003.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

## METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – 60 horas

Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

## Referências Básicas

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

## Referências Complementares

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCKESI, Carlos et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997.

## PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem,



percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança.

## Referências Básicas

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicodinâmica da Vida Organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.

ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## Referências Complementares

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicologia aplicada à administração de empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1996.

LANE, Silvia; CODO, Wanderley. Psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHEIN, Edgard H. Psicologia organizacional. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

## TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I – 60 horas

Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo. Novas tendências.

## Referências Básicas

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da administração. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

## Referências Complementares

BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. et al. Administração: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FARIA, José C. Administração: introdução ao estudo. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

STONER, James Arthur. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

## SEMINÁRIO INTEGRADOR – 30 horas

Fundamentos da Educação a distância. Perspectivas atuais de educação a distância: mídias interativas e plataformas virtuais de aprendizagem. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Inserir o estudante no modelo a distância.

## Referências Básicas

ALVES, L.; NOVA, Cristiane (Org.). Educação a distância. São Paulo: Futura, 2003. COSTA, Maria Luisa Furlan (Org.). Educação a distância no Brasil: avanços e perspectivas. Maringá: Eduem, 2013.

FARIA, Eliane Turk (Org). Educação Presencial e Virtual: espaços essenciais na escola e na empresa. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2006.

LITWIN, Edith (Org.). Educação a Distância: Temas para Debate de uma Nova Agenda Educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001. MORAES, R. de A. (Org). Linguagens e Interatividade na Educação a Distância. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 111-132.

PRETTO, Nelson de Luca. Tecnologias Educacionais e Educação a Distância: avaliando



políticas e práticas, Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

## SEMESTRE 2

### **CIÊNCIA POLÍTICA – 60 horas**

Conceitos básicos em ciências políticas ao invés de objeto; Fundamentos teóricos das ciências políticas; Formas de governo e regimes políticos; Representação e sistemas partidários.

#### **Referências Básicas**

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

#### **Referências Complementares**

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. LEO MAAR, Wolfgang. O que é política. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. Ciência política. Brasília: Vestcon, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia. São Paulo: Ática, 1995.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. Cálculo com aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. Cálculo e suas múltiplas aplicações. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

### **CONTABILIDADE GERAL – 60 horas**

Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis.

#### **Referências Básicas**

IUDICIBUS, Sérgio et al. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2008.

#### **Referências Complementares**

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

### **MACROECONOMIA – 60 horas**

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

#### **Referências Básicas**

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MANKIOW, N. Gregory. Macroeconomia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

#### **Referências Complementares**



BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. *Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira*. São Paulo: Alínea, 2006.

CARVALHO, José L. et al. *Fundamentos de economia: Macroeconomia*. v. 1, São Paulo: Cengage Learnin, 2008.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. *Macroeconomia*. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

## **MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas**

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.

### **Referências Básicas**

BOULOS, Paulo. *Cálculo diferencial e integral*. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. *Matemática básica para decisões administrativas*. São Paulo: Atlas, 2007.

### **Referências Complementares**

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. *Cálculo com aplicações*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. *Cálculo e suas múltiplas aplicações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

## **TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II – 60 horas**

Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

### **Referências Básicas**

MARTINS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007. PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

### **Referências Complementares**

MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thonsom, 2005.

SALDANHA, Clezio. *Introdução à gestão pública*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Arídio et al. *Sistemas de informação na administração pública*. Rio de Janeiro: Revan, 2004. WREN, Daniel A. *Ideias de administração: o pensamento clássico*. São Paulo: Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ideias de administração: o pensamento moderno*. São Paulo: Ática, 2007.

## **SEMINÁRIO TEMÁTICO I – 30 horas**

Estudos de caso e/ou temas de pesquisa relacionados às áreas estudadas, com o objetivo de aprofundar o conteúdo e promover a relação teoria e prática, O seminário possui a função de socializar entre os estudantes uma temática específica. Os temas para os seminários temáticos serão definidos seguindo um eixo comum entre as disciplinas da área referentes ao Semestre 2.

### **Referências Básicas**

BARROS. A.J.P., LEHFELD, N.A. de S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a indicação científica**, 3ªedição, São Paulo: Makron Books, 2000.

DEMO, Pedro. **Ciência, Ideologia e poder: uma sátira as ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1988, da ciência. São Paulo, Atlas, 1987.



GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, 1987.

## SEMESTRE 3

### **CONTABILIDADE PÚBLICA – 60 horas**

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

#### **Referências Básicas**

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, R. Gonçalves de. Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios. São Paulo. 3ª ed. Atlas. 2007

MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: autor-editor, 2009.

#### **Referências Complementares**

ANGELICO, João. Contabilidade Pública. São Paulo: Atlas, 1994.

CRUZ, Flavio da et al. Comentários à Lei nº 4.320: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. São Paulo, Atlas: 2008.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo, Atlas, 2007.

KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO Jr., J. Teixeira. A Lei 4.320 comentada. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal. São Paulo: Atlas, 2003.

### **ECONOMIA BRASILEIRA – 60 horas**

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais.

Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

#### **Referências Básicas**

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). Economia brasileira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

#### **Referências Complementares**

ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997.



WERNER, Baer. A economia brasileira. São Paulo: Nobel, 2002.

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA I APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS – 75 horas**

Cenários da Extensão Universitária. Leis regulamentares e Normas Institucionais. Diagnostico junto à Comunidade externa.

### **Referências Básicas**

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução n. 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IEES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.07/18.

UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Resolução CEPE nº 2020.6. 27 de março de 2020.

## **ORÇAMENTO PÚBLICO – 60 horas**

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

### **Referências Básicas**

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

### **Referências Complementares**

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2004. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>.

FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados. Salvador, 2003. Disponível em: <[http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes\\_sei/bahia\\_analise/analise\\_dados/pdf/financas/pag\\_09.pdf](http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf)>.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil: planejamento e políticas públicas, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SOUZA, Alexandre B. Planejamento Governamental no Brasil. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

## **SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas**

A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.



## Referências Básicas

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração. São Paulo: Saraiva, 2001.

DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações. São Paulo: Atlas, 2008.

## Referências Complementares

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização. São Paulo: Atlas, 1992.

HERSEY, Paul P.; BLANCHARD, Kenneth H. Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR João Benajamim. Repensando as organizações. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

STONER, James A. F. Administração. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

## SEMINÁRIO TEMÁTICO II – 30 horas

Os temas para os seminários temáticos serão definidos seguindo um eixo comum entre as disciplinas da área referentes ao Semestre 3. Apresentação de Atividades Temáticas referentes ao Semestre 3.

## Referências Básicas

BARROS. A.J.P., LEHFELD, N.A. de S. Fundamentos de metodologia: um guia para a indicação científica, 3ª edição, São Paulo: Makron Books, 2000.

DEMO, Pedro. Ciência, Ideologia e poder: uma sátira as ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1988, da ciência. São Paulo, Atlas, 1987.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo, 1987.

## TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

## Referências Básicas

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). Reforma do estado e da administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

## Referências Complementares

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: reestruturação do estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do "folclore" e o "fato". Revista Gestão & Produção, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.



MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. O que é burocracia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.  
PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

## SEMESTRE 4

### **DIREITO EMPRESARIAL – 30 horas**

Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial. Obrigações profissionais do Empresário. Sociedades Empresariais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial.

#### **Referências Básicas**

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Curso de Direito Empresarial. 2.ed. São Paulo: Jus Podium, 2008. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. v.02. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

#### **Referências Complementares**

RESTIFFE, Paulo Sérgio. Manual do Novo Direito Comercial. São Paulo: Dialética, 2006.  
BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. 8.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.  
São Paulo: Atlas, 2008a.  
\_\_\_\_\_. Manual de Direito Comercial. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008b.  
MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 22.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

### **ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO – 60 horas**

Estatística descritiva: tipos de variáveis, distribuição de frequência, representação gráfica, medidas de tendência central, de posição e de dispersão. Noções de probabilidade. Distribuição Bernoulli e Binomial. Distribuição Normal. Inferência Estatística: técnicas de amostragem, distribuição amostral, estimação pontual e intervalar. Testes de hipótese para uma e duas amostras.

#### **Referências básicas:**

BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada a gestão empresarial. São Paulo. Editora Atlas, 2007.  
MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. Estatística para administração e economia. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

#### **Referências Complementares**

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica. São Paulo: Editora Atual, 2002.  
COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. Estatística. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.  
FERREIRA, D. F. Estatística Básica. 2. ed. rev., Lavras: Editora Ufla, 2009.  
MARTINS, G. A. Estatística geral e aplicada. São Paulo: Atlas, 2001.  
STEVENSON, W.J. Estatística Aplicada à Administração. São Paulo: Harbra, 2001.  
TRIOLA, M. F. Introdução à estatística. 11a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

### **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA II APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS – 90 horas**

Operacionalização do Projeto de Intervenção. Desenvolvimento das Atividades junto à comunidade externa. Apuração e avaliação parcial das atividades.

#### **Referências Básicas**

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução n. 7 MEC/CNE/CES,



de 18 de dezembro de 2018.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IEES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.07/18.

UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Resolução CEPE no 2020.6. 27 de março de 2020.

## **INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO – 60 horas**

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

### **Referências Básicas**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

LENZA. Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2009.

### **Referências Complementares**

BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Malheiros, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2009.

## **INTELIGENCIA ARTIFICIAL APLICADA NA ADMINISTRACAO PUBLICA – 60 horas**

Introdução à Inteligência Artificial (IA). O uso da IA na Administração de empresas. IA na gestão pública. IA e os princípios da ética. Desafios e questões éticas da IA na administração. Tendências e Inovações em IA.

### **Bibliografia básica**

BOSTROM, N. Superinteligência: caminhos, perigos, estratégias. São Paulo: Darkside Books, 2018. CHRISTENSEN, C. M. O dilema da inovação: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso. São Paulo: M. Books, 2011.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. Inteligência Artificial. 3ª Edição. Elsevier, 2016.

## **SEMINÁRIO TEMÁTICO III – 30 horas**

Os temas para os seminários temáticos serão definidos seguindo um eixo comum entre as disciplinas da área referentes ao Semestre 4. Apresentação de Atividades Temáticas referentes ao Semestre 4.

### **Referências Básicas**

BARROS. A.J.P., LEHFELD, N.A. de S. Fundamentos de metodologia: um guia para a



indicação científica, 3ª edição, São Paulo: Makron Books, 2000.

DEMO, Pedro. Ciência, Ideologia e poder: uma sátira as ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1988, da ciência. São Paulo, Atlas, 1987.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo, 1987.

## **TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS – 60 horas**

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

### **Referências Básicas**

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

### **Referências Complementares**

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

RIANI, Flávio. Economia do Setor Público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

## SEMESTRE 5

## **ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA – 60 horas**

Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico.

### **Referências Básicas**

THOMPSON Jr., Arthur A.; STRICKLAND III, Alonzo J. Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

JOHNSON, Guerry; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. Explorando a estratégia corporativa. Porto Alegre: Bookman, 2007.

### **Referências Complementares**

HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. Administração estratégica: competitividade e globalização. São Paulo: Thompson, 2008.

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA III APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS – 90 HORAS**

Desenvolvimento das Atividades extensionistas e apuração dos Resultados alcançados.

### **Referências Básicas**

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução n. 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IEES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.07/18.UEPG.

## **GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I – 60 horas**

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos



materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

## Referências Básicas

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial. São Paulo: Atlas, 2003.  
\_\_\_\_\_. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

## Referências Complementares

FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de Materiais e do Patrimônio. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.  
KEEDI, Samir. Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga. São Paulo: Aduaneiras, 2006.  
MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2003.  
POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2007.  
VIANA, João, J. Administração de Materiais: um enfoque prático, São Paulo: Atlas, 2008.

## GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – 60 horas

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

## Referências Básicas

LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.  
LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

## Referências Complementares

ARAÚJO, Luís Cesar G. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.  
BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.  
DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.  
SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.  
ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

## MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO – 60 horas

Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade.



## Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 2009.

## Referências Complementares

ASSAF NETO; LIMA, Francisco Glauber. Curso de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, Rogério Gomes. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo: Ática, 2007.

FARO, Clóvis F. Fundamentos de matemática financeira. São Paulo: Saraiva, 2006.

PUCCINI, Abelardo Lima. Matemática financeira objetiva e aplicada. São Paulo: Saraiva, 2008.

## PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas

Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA.

## Referências Básicas

IANNI, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes governados. São Paulo: FUNDAP, 1997.

## Referências Complementares

CARVALHO, Horácio M. Introdução à teoria do planejamento. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento sim e não. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.

LAFER, Betty M. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MATUS, Carlos. Estratégias políticas. São Paulo: FUNDAP, 1996.

## SEMINÁRIO TEMÁTICO I NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas

Elaboração de projetos de pesquisa sobre as práticas da administração pública em áreas específicas da administração pública, conforme as três Linhas de Formação Específica (LFE), ampliando competências e agregando ao egresso habilidades para o exercício da gestão pública na área por ele escolhida, envolvendo a realidade em que o estudante está envolvido. Apresentação de Atividades Temáticas referentes ao Semestre 5.

## Referências Básicas

BARROS. A.J.P., LEHFELD, N.A. de S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a indicação científica**, 3ª edição, São Paulo: Makron Books, 2000.

DEMO, Pedro. **Ciência, Ideologia e poder: uma sátira as ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1988, da ciência. São Paulo, Atlas, 1987.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, 1987.



Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

## Referências Básicas

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2009.  
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

## Referências Complementares

ANTUNES ROCHA, Cármen Lúcia. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 1999.  
CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1994.  
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.  
MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.  
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

## DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – 30 horas

Conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.

## Referências Básicas

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.  
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

## Referências Complementares

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.  
BORGES, H. B. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 6.ed. rev. São Paulo: Atlas, 2001.  
\_\_\_\_\_. Auditoria de Tributos: IPI, ICMS e ISS. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.  
\_\_\_\_\_. Gerência de Impostos: IPI, ICMS e ISS. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.  
BATISTA JUNIOR, O. A. O Planejamento Fiscal e a Interpretação no Direito Tributário. Belo Horizonte: Melhoramentos, 2002.  
CAMPOS, C. H. Planejamento Tributário. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1985.  
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.  
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.  
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 29.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

## ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS – 60 horas

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do



plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

## Referências Básicas

CLEMENTE, Ademir (Org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2002.  
MAXIMIANO, Antônio Cesar A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

## Referências Complementares

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. Gerenciamento de projetos na prática (casos brasileiros). São Paulo: Atlas, 2006.  
CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos. São Paulo: Thomson, 2007.  
CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.  
MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.  
PMI. PMI-BOK – Book of Knowledge. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA IV APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS – 90 horas

Apuração dos Resultados alcançados. Avaliação realizada pela comunidade externa e discentes participantes. Desenvolvimento do Relatório do Projeto.

## Referências Básicas

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução n. 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.  
PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IEES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.07/18.

## GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II – 60 horas

Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

## Referências

ARNOLD Jr., Tony. Administração de materiais: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.  
JOHNSTON, Robert; CLARK, Grahlan. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.  
FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços. Porto Alegre: Bookman, 1998.  
SLACK. Nigel et al. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 2002.

## GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO - 30 horas

Considerações sobre o setor público. Qualidade: conceitos e princípios. Planejamento e controle da qualidade. Ferramentas. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.



## Referências Básicas

CAMPOS, Vicente Falconi. Gerência da qualidade total. Rio de Janeiro: Bloch, 1990.  
FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2000.

## Referências Complementares

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC: gerenciamento da rotina do trabalho do dia a dia. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Engenharia, 1994.  
CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2002.  
DEMING, W. Edwards. Qualidade: a revolução da administração. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990.  
DEMING, William. Edwards. Saia da crise: as 14 lições definitivas para controle de qualidade. São Paulo: Futura, 2003.  
JURAN, Joseph M; GRZYNA, Frank M. Controle da qualidade. São Paulo: Makron: McGraw-Hill, 1991.  
\_\_\_\_\_. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1992.  
LOVELOCK Christopher; WRIGHT Lauren. Serviços: marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2006.  
SCHMENNER, Roger W. Administração de operações em serviços. São Paulo: Futura, 1999.

## SEMINÁRIO TEMÁTICO II NA LFE I, LFEII ou LFEIII – 30 horas

Desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre na área de administração pública, envolvendo a realidade em que o estudante está envolvido. Apresentação de Atividades Temáticas referentes ao Semestre 6.

## Referências Básicas

BARROS. A.J.P., LEHFELD, N.A. de S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a indicação científica**, 3ª edição, São Paulo: Makron Books, 2000.  
DEMO, Pedro. **Ciência, Ideologia e poder: uma sátira as ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1988, da ciência. São Paulo, Atlas, 1987.  
GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, 1987.

## SEMESTRE 7

## AUDITORIA E CONTROLADORIA – 60 horas

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

## Referências Básicas

CRUZ, Flávio da. Auditoria governamental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.  
LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darci. Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

## Referências Complementares

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2003  
CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios. 3. ed. São Paulo,



Atlas, 2006.

SLOMSKY, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Gerson dos. Manual de administração patrimonial. Florianópolis: Papa-livro, 2003.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

## **EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL - 60 horas**

Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intraempreendedor, e empreendedor estratégico.

### **Referências Básicas**

GERBER, Michael E. Empreender Fazendo a Diferença. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

### **Referências Complementares**

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BANDEIRA, Cynthia. Aprender a Empreender. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e Estratégia. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SOLONCA, Davi. Gestão por Resultados na Administração Pública. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – 90 horas**

Planejamento e desenvolvimento inicial de atividades práticas em administração pública. Diagnóstico institucional. Elaboração de plano de estágio. Observação e compreensão das rotinas administrativas. Encontros de orientação. Início da interação com o ambiente profissional.

### **Referências Básicas**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

### **Referências Complementares**

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCKESI, Carlos et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada.



São Paulo: Cortez, 2007.

## **NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM – 60 horas**

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

### **Referências Básicas**

CARMONA, Carlos A. Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica. São Paulo: Saraiva, 2006.

### **Referências Complementares**

BURBRIDGE, R. Marc et al. Gestão de negociação. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHAL, Eugênio do et al. Negociação e administração de conflitos. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FALJONE, Ademar. Negociações sindicais: como negociar em tempos de globalização. São Paulo: Makron Books, 1998.

HIRATA, Renato H. Estilos de negociação. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAGRO, Maíra; BAETA, Zínia. Guia valor econômico de arbitragem. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

## **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 60 horas**

História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco.

### **Referências Básicas**

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (Orgs.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2008.

TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

### **Referências Complementares**

BRUNO, Lúcia (Org.) Organização, trabalho e tecnologia. São Paulo: Atlas, 1986.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

TARAPANOFF, Kira (Org.) Inteligência organizacional e competitiva. Brasília: Editora UNB, 2001.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac, 2006.

## **SEMINÁRIO TEMÁTICO III NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas**

Organização de pesquisa sobre a administração pública, envolvendo a realidade em que o estudante está envolvido.

### **Referências Básicas**

BARROS. A.J.P., LEHFELD, N.A. de S. Fundamentos de metodologia: um guia para a indicação científica, 3ª edição, São Paulo: Makron Books, 2000.

DEMO, Pedro. Ciência, Ideologia e poder: uma sátira as ciências sociais. São Paulo: Atlas,



1988, da ciência. São Paulo, Atlas, 1987.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo, 1987.

## SEMESTRE 8

### **ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – 90 horas**

Continuidade e consolidação das atividades do estágio. Elaboração de relatório final. Avaliação das contribuições para a formação do discente. Aplicação de conhecimentos técnico-científicos e éticos. Apresentação e discussão dos resultados da experiência.

#### **Referências Básicas**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

#### **Referências Complementares**

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCKESI, Carlos et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

### **GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – 60 horas**

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental

#### **Referências Básicas**

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson; SATTERTHWAITTE, David. Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. Gestão Socioambiental Estratégica. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

#### **Referências Complementares**

BIDERMAN, Rachel et al. Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papyrus, 2003.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS L. Hunter. Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial. São Paulo: Cultrix, 1999.

QUINTAS, José Silva. Introdução à Gestão Ambiental Pública. Coleção Meio Ambiente –



Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

## **LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS- 60 horas**

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

### **Referências Básicas**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo, Atlas, 2009.  
MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

### **Referências Complementares**

CRUZ, Flávio da (Coord). Lei de Responsabilidade Fiscal comentada. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.  
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.  
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.  
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

## **ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO – 60 horas**

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.

### **Referências Básicas**

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, sistemas e métodos. São Paulo: Atlas, 2001.  
GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.

### **Referências Complementares**

ARAÚJO. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005.  
\_\_\_\_\_. Organização, sistemas e métodos. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.  
MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.  
PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.  
RAMOS, Guerreiro Alberto. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.  
SIMON, Herbert Alexander. Comportamento administrativo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

## **ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - OTCC – 34 horas**

Orientação e acompanhamento individual ou em equipes aos acadêmicos, por professores,



orientadores, para a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC) em forma de apresentação oral.

## Referências Básicas

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE – 60 horas

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não-decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. Liberalismo, social-democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática.

## Referências Básicas

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006. Disponível em: <[www.enap.gov.br](http://www.enap.gov.br)>

## Referências Complementares

DAGNINO, Eveline. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 30 horas

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

## Referências Básicas

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. O que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

## Referências Complementares

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete (orgs.). Terrorismos. São Paulo: Educ, 2006.

RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). Cidades em relações internacionais. São Paulo: Desatino, 2009.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). Dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.



VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações exteriores do Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

## **SEMINÁRIO TEMÁTICO IV NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas**

Finalização de pesquisa sobre administração pública, envolvendo a realidade em que o estudante está envolvido. Defesa do trabalho de conclusão de curso.

### **Referências Básicas**

BARROS. A.J.P., LEHFELD, N.A. de S. Fundamentos de metodologia: um guia para a indicação científica, 3ª edição, São Paulo: Makron Books, 2000.

DEMO, Pedro. Ciência, Ideologia e poder: uma sátira as ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1988, da ciência. São Paulo, Atlas, 1987.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo, 1987.

## **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – 60 horas**

Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

### **Referências Básicas**

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Gerenciamento de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

STAIR, Ralph M. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

### **Referências Complementares**

BOAR, Bernard. Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico. 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002.

CASSARRO, Antonio Carlos. Sistema de informações para tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAURINDO, Fernando. Tecnologia da informação: eficácia das organizações. São Paulo: Futura, 2003.

O'BRIEN, James A. Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

## **DISCIPLINAS DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO**

### **REDAÇÃO OFICIAL – 60 horas**

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

### **Referências Básicas**

BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

### **Referências Complementares**

BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FLORES, Lúcia Locatelli. Redação oficial. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 13 ed. São



Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. Padronização e redação dos atos oficiais. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2003.

## **LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – 51 horas**

TEORIA: (26 h) Artefatos culturais surdos. O processo histórico da comunidade surda no mundo. Os parâmetros fonológicos principais da Libras (CM.; P.A.; M.). Legislação. PRÁTICA: (25 h) Expressões corpóreo-faciais e campos semânticos: Alfabeto datilológico; Números; Identificação Pessoal; Saudações e Gentilezas; Formas; Cores; Verbos; Estabelecimentos; Profissões".

## **TÓPICOS AVANÇADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas**

Tópicos Avançados em Administração Pública é uma disciplina que aborda temas complementares e relevantes para a formação acadêmica envolvendo a Administração Pública; Abordagem do novo serviço público; Relação entre as áreas de políticas públicas e Administração Pública; Administração Pública no Brasil; Análise do papel do Estado no contexto; Assuntos emergentes e de interesse local ou regional, como saúde, educação, ensino, esporte, infraestrutura, agricultura e habitação.

### **Referência Básicas**

ARRETCHE, Marta (org.). Trajetórias das Desigualdades: Como o Brasil Mudou nos Últimos 50 Anos. Editora Unesp, 2015.

DIAS, R. MATOS, F. Políticas públicas. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS –PEREIRA, J. Curso de gestão estratégica na administração pública. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIA –PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: atlas, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 35. ed., revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. 2ª ed. Cengage Learning, 2013.

## **DISCIPLINA DE NIVELAMENTO**

### **MATEMÁTICA BÁSICA – 60 horas**

Conjuntos e Relações. Potenciação, Radiação, Logaritmo e Exponencial. Produtos Notáveis. Razão, Proporção e Porcentagem. Frações. Equações de 1º e 2º graus. Inequações de 1º grau. Aplicações.

### **Referências Básicas**

LEITHOLD, Louis. Matemática Aplicada à Economia e Administração. São Paulo: Harbra, 1988.

BEZERRA, Manoel J.; PUTNOKI, José Carlos. Novo Bezerra: Matemática (2º Grau). Volume Único. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

### **Referências Complementares**

WEBER, Jean E. Matemática para Economia e Administração. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.

ALENCAR FILHO Edgar de. Teoria Elementar dos conjuntos. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1974.

## **8 FLUXOGRAMA**

ANEXO I



## 9 RECURSOS HUMANOS

### 9.1 Corpo Docente

Os docentes que atuarão no curso deverão seguir requisitos de edital próprio de convênio com a UEPG.

#### 9.1.2 Classe

Os docentes que atuarão no curso deverão seguir requisitos de edital próprio de convênio com a UEPG.

#### 9.1.3 Titulação

Os docentes que atuarão no curso deverão seguir requisitos de edital próprio de convênio com a UEPG, com titulação mínima de especialização lato-sensu.

#### 9.1.4 Regime de Trabalho

Os docentes que atuarão no curso deverão seguir requisitos de edital próprio de convênio com a UEPG.

## 10 RECURSOS MATERIAIS

### 10.1 Materiais e Equipamentos

Será utilizado o ambiente virtual de aprendizagem – NUTEAD/UEPG.

### 10.2 Laboratórios, Salas de Aula e Salas Especiais

Será utilizado o ambiente virtual de aprendizagem – NUTEAD/UEPG.

### 10.3 Biblioteca

A UEPG possui duas bibliotecas físicas, a Biblioteca Campus Central atende ao setor de Ciências Humanas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Jurídicas, localizada na Praça Santos Andrade, 01, e a Biblioteca Campus Uvaranas atende ao Setor de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Agrárias e de Tecnologia e Ciências Exatas e Naturais, localizada no prédio do Campus Uvaranas, Av. Carlos Cavalcanti, 4748. O acervo de livros da Biblioteca compreende cerca de 63.815 títulos e 150.156 exemplares. O acervo de periódicos corresponde aproximadamente 2.481 títulos e 111.290 fascículos.

A UEPG disponibiliza acesso a Minha Biblioteca, uma plataforma administrada pela Bicen que oferece acesso a uma vasta coleção de livros em formato digital. Através desta plataforma, os usuários podem consultar mais de dezesseis mil obras em português, abrangendo todas as áreas do conhecimento. Os livros estão disponíveis em formato PDF, facilitando o empréstimo e a leitura. Além disso, a plataforma inclui recursos de acessibilidade, permitindo que pessoas com diferentes necessidades possam acessar o conteúdo de forma inclusiva. A Minha Biblioteca pode ser acessada em diversos dispositivos, proporcionando flexibilidade e conveniência aos usuários.

As Bibliotecas da UEPG dispõem de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, ao Portal de Domínio Público, Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (BDTD), sendo disponibilizadas na internet as teses e dissertações defendidas pelos alunos dos Programas de Pós-Graduação da Instituição e o Repositório Institucional, que disponibiliza a produção científica da UEPG.

## 11 ACESSIBILIDADE

A política institucional da UEPG prioriza rigorosamente que todos os projetos para novas edificações atendam à Norma Brasileira para Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050). Esse compromisso se estende também às reformas realizadas, que são planejadas para garantir as adequações necessárias à acessibilidade, assegurando que todos os espaços sejam inclusivos e acessíveis.



Desde 2021, a Comissão de Apoio aos Alunos com Necessidades Educativas da PRAE, formada por representantes de diversos setores da Universidade, acadêmicos, membros da comunidade externa e instituições dedicadas ao atendimento de pessoas com deficiência, tem trabalhado para acolher as demandas dos estudantes da UEPG. O objetivo é garantir condições iguais de educação e acessibilidade, promovendo a permanência dos alunos no Ensino Superior com as mesmas oportunidades.

Além disso, a UEPG disponibiliza uma sala virtual equipada com recursos de acessibilidade, destinada a pessoas com deficiência. Essas ações são parte de um esforço contínuo para eliminar barreiras de acessibilidade, sejam elas atitudinais, arquitetônicas, sociais ou relacionadas ao transporte, visando a inclusão plena de pessoas com deficiência e outras necessidades educativas especiais.

## 12 OUTRAS INFORMAÇÕES

O Curso de Administração Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativo-pedagógica que contempla:

- O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Professores pesquisadores: ligados ao programa de pós-graduação da IPES, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- Tutores (presenciais, a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Polo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Administração Pública. Quanto às funções específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Polos; e
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;
- Coordenador(a) de curso: atuará nas atividades administrativas e pedagógicas do curso;
- Coordenador (a) de tutoria: atuará como supervisor junto aos tutores presenciais e à distância.

## 13 ANEXOS

Ponta Grossa, 21/08/2024



# Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2025.10

FL 43 DE 43

## FLUXOGRAMA DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<b>1ª Série</b>	Filosofia e Ética	Introdução à Economia	Psicologia Organizacional	Teorias da Administração I	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Seminário Integrador			
330	24	403 60 4	404 60 4	403 60 4	403 60 4	403 30 4			
<b>1ª Série</b>	Ciência Política	Macroeconomia	Teorias da Administração II	Matemática para Administradores	Teorias da Administração Pública	Seminário Temático I	Contabilidade Geral		
390	28	403 60 4	404 60 4	403 60 4	101 60 4	403 30 4	406 60 4		
<b>2ª Série</b>	Sociologia Organizacional	Economia Brasileira	Contabilidade Pública	Organização, Processos e Tomada Decisão	Orçamento Público	Seminário Temático II	Extensão Universitária I aplicada às Instituições Públicas		
405	27	403 60 4	404 60 4	406 60 4	403 60 4	403 30 2	403 75 5		
<b>2ª Série</b>	Teoria das Finanças Públicas	Estatística Aplicada à Administração	Seminário Temático III	Instituições de Direito Público e Privado	Direito Empresarial	Extensão Universitária II aplicada às Instituições Públicas	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento		
381	25	403 60 4	101 60 4	403 30 2	601 30 2	403 90 6	51 3		
<b>3ª Série</b>	Planejamento e Programação na Adm. Pública	Gestão de Pessoas no Setor Público	Gestão de Operações e Logística I	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	Seminário Temático I na LFE I / LFE II / LFE III	Extensão Universitária III aplicada às Instituições Públicas	Administração Estratégica		
420	28	403 60 4	403 60 4	403 60 4	101 60 4	403 30 2	403 90 6	403 60 4	
<b>3ª Série</b>	Direito Administrativo	Gestão de Operações e Logística II	Elaboração e Gestão de Projetos	Gestão da qualidade no Setor Público	Seminário Temático II na LFE I / LFE II / LFE III	Direito e Legislação Tributária	Extensão Universitária IV aplicada às Instituições Públicas	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento	
420	27	601 60 4	403 60 4	403 60 4	403 30 2	403 30 2	601 30 2	90 6	60 3
<b>4ª Série</b>	Auditoria e Controladoria	Negociação e Arbitragem	Tecnologia e Inovação	Empreendedorismo Governamental	Seminário Temático III na LFE I / LFE II / LFE III	Estágio Supervisionado I			
360	24	406 60 4	403 60 4	403 60 4	403 30 2	403 90 6			
<b>4ª Série</b>	Políticas Públicas e Sociedade	Licitações Contratos e Convênios	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	Relações Internacionais	Seminário Temático IV na LFE I / LFE II / LFE III	Orientação do Trabalho de Conclusão e Curso	Estágio Supervisionado II	
424	28	403 60 4	403 60 4	403 60 4	403 30 2	403 30 2	403 34 2	403 90 6	
<b>Disciplinas Formação Básica</b>	<b>Disciplinas Form. Espec. Profissional</b>	<b>Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento</b>	<b>Atividades Acadêmico-Científico-Culturais</b>	<b>Estágio Curricular</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Disciplinas EAD</b>			
840	1654	111	200	180	2985	todas			
<b>Extensão como Componente Curricular</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Nome da Disciplina</b>	<b>___ª Série</b>						
345	3330	COD. CH CH-1% CH-2%	CH CH-1% CH-2%						

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 (Resolução CEPE nº 2025.10)